

PORTARIA STJ/GDG N. 922 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre prazos processuais e estabelece horário das unidades de apoio ao plantão judiciário durante o recesso forense.

O DIRETOR-GERAL DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição conferida pelo item 16.2, inciso X, alínea *b*, do Manual de Organização da Secretaria do Tribunal,

RESOLVE:

Art. 1º Os prazos processuais ficarão suspensos a partir de 20 de dezembro de 2019 e voltam a fluir em 3 de fevereiro de 2020, em decorrência do disposto no art. 66, § 1º, da Lei Complementar n. 35/1979 e nos arts. 81 e 106 do Regimento Interno, exceto os prazos processuais em matéria penal, em razão da regra contida no art. 798, *caput*, do Código de Processo Penal (Decreto-Lei n. 3.689/1941).

Art. 2º A Secretaria Judiciária e a Secretaria dos Órgãos Julgadores funcionarão das 13h às 18h, no período de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, para cumprimento de medidas que reclamem urgência, nos termos do § 1º do art. 83 do Regimento Interno.

§ 1º Nos dias 24 e 31 de dezembro, o funcionamento previsto no *caput* ocorrerá das 8h às 12h.

Art. 3º Aplicam-se as regras do plantão judiciário dispostas na Instrução Normativa STJ n. 6 de 26 de outubro de 2012 nos sábados, domingos e nos dias 25 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2020.

Art. 4º A contagem dos prazos processuais observará os arts. 219 e 224, § 1º, do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015) e, em matéria penal, os parágrafos 1º e 3º do art. 798 do Código de Processo Penal.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lúcio Guimarães Marques